

# As relações campo – cidade na periferia brasileira e seu papel para a vida camponesa. Exemplos de Mato Grosso

Martina Neuburger<sup>1</sup>

**Resumo:** *Essa contribuição tem como objetivo de analisar as relações campo – cidade em espaços periféricos no Brasil como elemento muito importante na vida das famílias dos pequenos produtores. Depois de algumas colocações gerais sobre as características básicas de relações rural – urbano, analisa-se estas últimas partindo da observação regionalmente diferenciada das novas tendências nos espaços rurais e urbanos no Brasil. Para o estudo mais datalhado escolhe-se um estudo de caso no estado de Mato Grosso. Na análise regional fica claro que na periferia rural as relações campo – cidade mostram características específicas sendo que a crise da agricultura familiar e a expulsão dos grupos tradicionais do espaço rural por um lado e, por outro, a urbanização extraordinária assim como os problemas financeiros dos municípios e dos estados determinam as relações rural – urbano. Como consequência as relações diretas entre as cidades e os seus arredores rurais perdem de densidade, ou seja as estruturas rurais e urbanas são cada vez mais orientadas às regiões centrais do país – fato o qual leva a uma exclusão dos camponeses dos circuitos econômicos e sociais da região.*

**Palavras chave:** camponês, família, Mato Grosso, campo-cidade  
**Keywords:** peasants, family, Mato Grosso, rural-urban.

**Summary:** *The presented study has the aim to analyse the relations between rural and urban areas in the Brazilian periphery and their importance for the life of peasant families. Based on some general considerations about characteristics of the relations town – countryside, the socio-economic processes in rural and urban areas in Brazil are studied regarding the regional differences. For more detail informations the state of Mato Grosso in the Middle-West of Brazil was chosen as peripheral region. In the analyse of the region of Cáceres it is demonstrated that the relations town – countryside have very specific characteristics in this type of region. The crisis of the peasant agriculture, the expulsion of traditional social groups, the dynamic urbanisation and the financial problems of the municipalities and states determine the relations between rural and urban areas. As consequences the direct relations between town and countryside loose their density, that means that the rural and urban structures are increasingly oriented towards the central regions of Brazil. This situation is excluding the peasant families from the economic and social linkages within the region.*

## INTRODUÇÃO

Na discussão científica sobre os impactos da globalização nas estruturas regionais sempre menciona-se que atores no nível local e regional orientam as suas ações cada vez mais a processos observados no nível global. Estas tendências ocorrem tanto nas áreas rurais como nas cidades sendo que as relações campo – cidade sofreram uma transformação nítida ao longo dos últimos anos. No Brasil, como um dos países mais globalizados na América Latina, estes processos podem ser analisados detalhadamente. Grandes áreas do espaço rural são ocupadas pela produção agropecuária modernizada – principalmente da soja – destinada ao mercado internacional, expulsando assim as famílias camponesas dos seus tradicionais espaços sociais. Ao mesmo tempo, tanto as cidades como as áreas rurais são abastecidas cada vez mais por produtos do mercado internacional, ameaçando a sobrevivência econômica dos pequenos produtores rurais assim como das empresas industriais, ambos ligados ao mercado regional e local. Fora destas tendências econômicas observa-se pela introdução de novos meios de comunicação, não somente nas áreas urbanas, uma crescente orientação dos valores culturais e dos padrões de consumo nas “modas” globais. Este redirecionamento dos fluxos de mercadoria e de informações enfraquece as relações tradicionais entre campo e cidade sendo que as redes formadas por elas expressam as relações de poder entre diferentes regiões, atores e níveis. Conforme a transformação das estruturas de poder ao decorrer dos últimos anos as relações campo – cidade também se transformaram enfraquecendo os atores regionais e locais. Em regiões periféricas onde os atores em geral e os pequenos produtores mais especificamente carecem de poder e influência, a globalização assim tem impactos fortes nas interações entre a cidade e o espaço rural.

No trabalho apresentado estes impactos são analisados em detalhe. O exemplo da região do Pantanal matogrossense mostra como os espaços regionais são dominados pelas necessidades e demandas de atores de fora da região. Dentro do contexto brasileiro a região de Cáceres sofreu o impacto das políticas nacionais de integração do Centro-Oeste e da Amazônia na economia nacional, sendo que nos anos 50 e 60 vários projetos de colonização agrária foram instalados na região. Com a influência crescente da agropecuária modernizada orientada ao mercado internacional na região

de Cáceres as relações campo – cidade estão enfraquecendo orientando-se por sua vez nos processos globais.

### RELAÇÕES CAMPO – CIDADE: OBSERVAÇÕES GERAIS

As relações entre campo e cidade podem ser entendidos como redes determinadas por relações de intercâmbio de pessoas, mercadorias, capital, informações etc. Ao mesmo tempo elas representam as relações de poder entre os atores relevantes, sendo que os atores mais poderosos definem o tipo e a intensidade do intercâmbio entre campo e cidade. De uma forma geral, dependendo do seu poder, um determinado ator pode definir as possibilidades de ações e a variabilidade de reações de um outro ator menos poderoso. Da mesma forma, atores poderosos têm a capacidade de definir direta ou indiretamente as funções de uma determinada região dentro da estrutura nacional ou internacional, ou seja, eles definem o uso ou não-uso de recursos relevantes da região. Neste contexto, as relações campo – cidade constituem-se não somente pelos fluxos de mercadorias, pessoas, informações etc., mas também pelas relações de poder e pela atribuição de valores a cada categoria espacial (Santos, 2004). O poder de cada ator baseia-se no seu acesso a recursos tanto econômicos e políticos como sócio-culturais e ambientais. Relações de poder desequilibradas geralmente são razões e resultados de conflitos e coalizões entre diversos atores. Ao mesmo tempo redes entre diferentes níveis têm uma importância muito grande para a estrutura de poder (Bryant & Bailey, 1997; Blaikie & Brookfield, 1987).

No contexto local e regional, justamente estas relações de poder se reproduzem nas redes entre as cidades e o espaço rural de uma determinada região. De um modo geral, na configuração das relações campo – cidade diversos fatores definem o intercâmbio e as ligações entre o campo e a cidade. A relação campo – cidade é um sistema de interações espaço-funcionais nos quais, tanto a cidade como o campo exercem funções econômicas, sociais, políticas, religiosas e ambientais (Wanderley, 2001; Löwen, 1998; Kohlhepp *et al.*, 1993).

Nas pesquisas clássicas da geografia as principais **funções da cidade para o campo** são definidas como (Christaller, 1980; Monbeig, 1943; Santos, 1979; Abreu, 1994; Blotevogel, 1996):

- *Centro político-administrativo*: Na cidade se concentram o poder político e as diferentes agências da administração pública, sendo que o espaço rural é governado pelas cidades.
- *Centro de serviços*: Tanto serviços públicos (infraestrutura de educação e de saúde, etc.) como particulares (comércio, bancos, serviços de comunicação e transporte, etc.) são prestados à população rural nas cidades.
- *Abastecimento do espaço rural*: A indústria e o comércio das cidades abastecem o espaço rural – tanto da população como dos estabelecimentos agropecuários – com produtos não-agropecuários e industrializados.
- *Centro de comercialização*: As cidades representam os centros para onde os produtos do espaço rural são transportados para serem vendidos na cidade mesmo ou para fora da região.
- *Oferecimento de empregos*: Nas cidades a população rural encontra empregos nos setores secundário e terciário.
- *Ponto de referência da identidade local*: A população rural define sua identidade local pela cidade da região – muitas vezes é sítio de festas e cerimônias culturais - orientando nela os seus valores e padrões de consumo.

Ao mesmo tempo podemos definir as seguintes **funções do campo para a cidade**:

- *Abastecimento do espaço urbano*: A agricultura e a mineração abastecem a população urbana com produtos agropecuários e alimentícios assim como a indústria com matéria prima.
- *Espaço de expansão*: O espaço rural serve como reserva para a expansão do espaço construído das cidades.
- *Espaço de compensação ecológica*: Por um lado, a água potável para a população urbana é capturada no espaço rural. Por outro, o espaço rural serve como depósito das poluições urbanas como lixo, ar poluído, água de esgoto, desgaste, etc.
- *Espaço de recreio*: Com a urbanização crescente a população urbana busca cada vez mais o ambiente rural e a natureza para o descanso.

Já pela mera listagem das funções observa-se um desequilíbrio nas relações rural – urbano. O poder econômico e socio-político se

concentra na cidade de forma que, muitas vezes, o espaço rural depende completamente das decisões dos atores urbanos. Ao mesmo tempo, os recursos rurais são explorados pela cidade sem retorno adequado. O conseqüente direcionamento das estruturas do espaço rural às necessidades urbanas se expressam nitidamente no êxodo rural. Na esperança de um acesso melhor a empregos, escolas, infraestrutura de saúde e – de uma forma geral – a melhores condições de vida, uma grande parte da população rural migra para a cidade. Mas na maioria dos casos, as cidades não conseguem satisfazer a estas necessidades, ou seja, exercer as suas funções.

No obstante, nas últimas duas décadas observa-se uma transformação das relações campo – cidade devido as influências crescentes da globalização. Principalmente nos espaços rurais os efeitos globalizantes levam a fenômenos novos sendo que os espaços rurais são cada vez mais heterogêneos, diversificados e não exclusivamente agrícolas (Correa et al., 2001; Correa, 2002; Giarracca, 2001; Silva, 2003). Sob o conceito teórico da “Nova Ruralidade” os processos relevantes para a pequena produção e – ao mesmo tempo – mais mencionados nos estudos científicos são:

- *O número crescente de pequenas propriedades no espaço rural:* Estas propriedades servem como residências rurais da população urbana (p.e. como chácaras de recreio) e não para a produção agropecuária.
- *O aumento das atividades não-agrícolas:* As famílias rurais trabalham cada vez mais como assalariadas ou no campo (serviço turístico, serviço ambiental, serviço nas grandes fazendas, etc.) ou nas cidades (empregadas domésticas, obreiros na construção, etc.) as vezes sem deixar de praticar a agricultura familiar.

Nos últimos anos estes fenômenos observados nos centros econômicos do Brasil, mais especificamente nas regiões Sul e Sudeste, chegam às regiões periféricas. Pela expansão da rede rodoviária, pela crescente mobilidade de pessoas e pelos novos meios de comunicação os efeitos da modernização e da globalização influenciam cada vez mais os processos sócio-econômicos e político-culturais nas periferias brasileiras. As relações campo – cidade nas referentes regiões mudam conforme as transformações no espaço rural e no urbano.

NOVAS TENDÊNCIAS NOS ESPAÇOS RURAIS  
E URBANOS NO BRASIL

As características gerais das relações campo – cidade variam espacialmente no contexto do Brasil pela grande diferenciação das estruturas nos espaços rural e urbano (vide figura nº 1). No Nordeste predominam a estrutura fundiária, muito disparitária e o clientelismo, elementos centrais que manejam a economia e a sociedade regional (Lanna 1995). Enquanto que no espaço rural as plantações de cana de açúcar na mata atlântica e os latifúndios pecuários no sertão caracterizam as estruturas socio-econômicas, o sistema urbano é constituído por duas metrópoles na região costeira, Salvador e Recife, por poucas cidades médias, geralmente as capitais estaduais, e por um número grande de cidades pequenas. Neste contexto as relações rural – urbano são orientadas pelos grandes centros urbanos, porque as cidades pequenas não conseguem exercer suas funções centrais de forma adequada, como por exemplo, o oferecimento de serviços públicos e particulares, o abastecimento do espaço rural com produtos industrializados e o oferecimento de empregos nos setores secundário e terciário. Devido as condições desfavoráveis no campo, os pequenos produtores rurais geralmente restringem a sua produção a subsistência, vendendo somente o excedente para abastecer as cidades pequenas com alimentos. Também os grandes produtores não produzem para atender a demanda dessas cidades, mas sim, para o mercado nacional e internacional. No sistema de transporte, muitas vezes, as cidades pequenas e médias da região não oferecem centros de distribuição de mercadorias para seguirem aos grandes portos. O êxodo rural é muito alto e direcionado aos grandes centros urbanos no país. Isto faz com que no Nordeste, desde décadas, a taxa de emigração do espaço rural supera a taxa de crescimento natural da população, de maneira que o crescimento da população rural sempre ficou abaixo da taxa do natural crescimento populacional, que desde os anos 80 caiu para valores negativos (vide figura nº 2).

Nas regiões Sul e Sudeste encontramos estruturas muito diferentes. O Sul se caracteriza por ser uma região de pequenos produtores tradicionais. No século XIX imigrantes europeus iniciaram uma agricultura diversificada que nas últimas décadas sofreu um processo de modernização e globalização transformando o espaço rural em uma região monoprodutora de soja (Kageyama et al.,

Figura nº 1: Estrutura espacial do Brasil

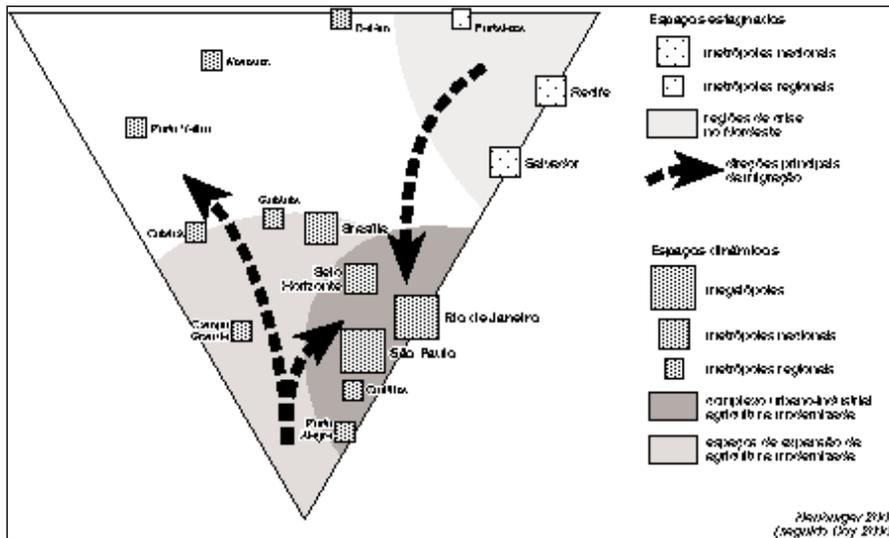
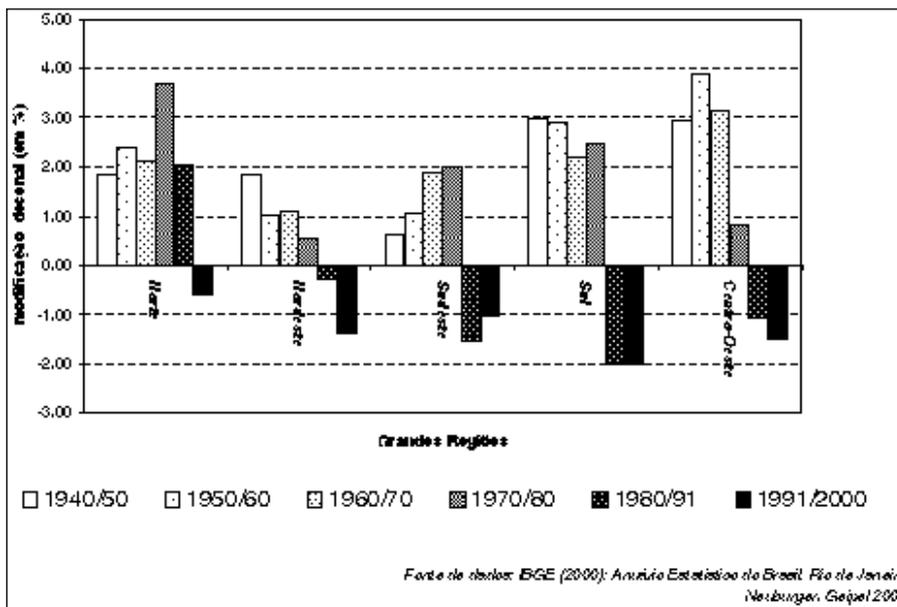


Figura nº 2: Modificação da população rural nas Grandes Regiões brasileiras entre as décadas de 1940 a 2000



1996). No espaço rural do Sudeste os latifúndios de café predominaram, os quais depois da crise nos anos 60 passaram por um processo de modernização e reestruturação (Kohlhepp, 1990). Hoje os principais produtos da região são a cana de açúcar e as frutas cítricas, além do café. Tanto no Sul como no Sudeste estes processos de modernização e de globalização, na fase mais atual, destruíram milhares de empregos no campo. Em geral estabelecidas como relações de arrendamento ou de meeia, as pequenas proprie-

dades foram despojadas de sua existência, posto que não tinham as condições para se adaptar a agricultura modernizada. Conseqüentemente o êxodo rural nessas regiões é muito grave. A mão-de-obra, ainda necessária no campo, não consegue ser suprida, devido aos poucos trabalhadores especializados e qualificados, como por exemplo, maquinistas e tratoristas, os quais, costumam morar nas cidades. A rede urbana por sua vez é bastante densa e caracterizada por algumas metrópoles, um grande número de cidades médias bem dinâmicas e inúmeras cidades pequenas. Aqui os centros urbanos, em sua grande maioria, exercem razoavelmente suas funções centrais para a população rural, mesmo tendo cada vez mais dificuldades em oferecer serviços públicos adequados e empregos suficientes. Ao mesmo tempo as cidades exploram os recursos rurais sendo que o espaço rural serve como espaço de expansão, de equilíbrio ecológico e de recreio.

As regiões Norte e Centro-Oeste formam um contexto regional caracterizado – em fases diferentes – pelas frentes pioneiras e pela reestruturação socio-econômica (Coy, 1988; Kohlhepp, 1987; Coy & Neuburger, 2000 e 2002; Coy & Lücker, 1993; Blumenschein, 2001). Enquanto que nas partes meridional e oriental da floresta amazônica os projetos de colonização agrícola foram instalados nas décadas de 50 e 60, hoje a agricultura modernizada é o elemento predominante no espaço rural. A Amazônia *strictu sensu* é caracterizada pelas aldeias indígenas, pelas atividades tradicionais e extrativistas, como também, pela abertura das matas tropicais, tanto por projetos de colonização dos anos 70 e 80, como por grandes fazendas e pela exploração dos recursos naturais de minérios e madeira. Aqui o sistema urbano é pouco desenvolvido, as poucas cidades médias existentes tem uma estrutura econômica e uma infraestrutura pública muito precária. As relações campo – cidade então são caracterizadas pela baixa densidade da população rural e pela alta taxa de urbanização (vide mais detalhes no capítulo seguinte).

Analisando estas diferenças das relações rural – urbano e os referentes processos no contexto nacional podemos observar estruturas muito desequilibradas: A produção agropecuária dos espaços rurais é comercializada em grande parte pelas grandes metrópoles nas regiões Sul e Sudeste, sendo que, tanto o abastecimento das cidades em todo o país com produtos alimentícios, como a venda dos

produtos no mercado mundial – principalmente a soja, o café e as frutas cítricas – é centralizada no Sul e Sudeste. A migração da população rural é cada vez mais direcionada às cidades médias. Observa-se que a migração em etapas, que sai do espaço rural, passa pelas pequenas cidades, depois para os centros regionais até chegar nas metrópoles, foi substituída, nos últimos anos por outro tipo de migração, a qual leva a população rural diretamente às cidades médias mais dinâmicas. O oferecimento de serviços e empregos pelas cidades está muito precário. Principalmente nas cidades pequenas com poucos recursos financeiros. Elas não conseguem ampliar e nem manter adequadamente a infraestrutura pública. Ao mesmo tempo os serviços particulares entram em crise por causa do empobrecimento e do baixo consumo da população urbana. Os centros econômicos e as cidades crescentes no Sul e Sudeste exploram os recursos naturais das regiões periféricas. A população urbana das metrópoles e das cidades médias, principalmente do Sul e Sudeste, utilizam os espaços rurais de todo o país como área de lazer. Com o melhoramento dos meios de transporte rodoviário e aéreo, com a expansão da infraestrutura turística e com a moda do “turismo ambiental”, o turismo nacional está aumentando cada vez mais. Mas muitas vezes por falta de consciência dos turistas esta forma do turismo, por exemplo no Pantanal e na Amazônia, prejudica a natureza gravemente (Köhnlein, 1995).

De uma forma geral constata-se que as cidades pequenas perdem aos poucos as suas funções para o espaço rural deixando as tarefas referentes para as cidades médias e grandes. Ao mesmo tempo o espaço rural serve exclusivamente como recurso explorado pelas populações urbanas. Além disso, o direcionamento dos fluxos econômicos e sociais aos centros econômicos do país no Sul e Sudeste – tanto às cidades médias como às metrópoles – se sobrepõem às tradicionais relações campo – cidade.

Para mostrar estas tendências gerais, a autora em seguida analisará as relações rural – urbano na região do Pantanal no Mato Grosso, uma região periférica que sofreu transformações graves durante as últimas décadas devido a expansão acelerada da sojicultura. Como as estatísticas oficiais não contêm dados explícitos sobre as relações campo – cidade, escolheu-se a metodologia de estudos detalhados para poder fazer algumas aproximações sobre a qualidade das respectivas relações.

RELAÇÕES CAMPO – CIDADE NO ESTADO  
DE MATO GROSSO

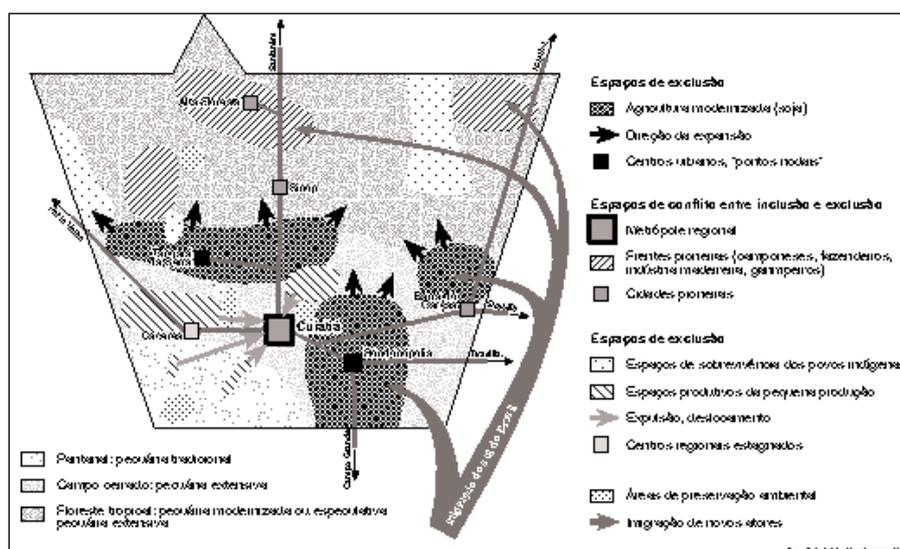
No Mato Grosso o desenvolvimento regional e a configuração das relações campo – cidade se enquadram no contexto nacional. Este estado representa a área transicional entre o Centro-Oeste, com o ecossistema típico dos campos cerrados na sua parte meridional e a Amazônia, com o ecossistema das florestas tropicais. A incorporação do território matogrossense à economia e sociedade colonial do século XVIII se deu pela extração das riquezas minerais (ouro e diamante). Nesta época foram fundadas as primeiras cidades, como por exemplo, Cuiabá, Cáceres, Alto Paraguai e Diamantino. No espaço rural a população se concentrava ao longo dos rios, abastecendo precariamente as cidades com alimentos (Siqueira et *al.*, 1990; Melo, 1957).

A internacionalização da navegação do Rio Paraguai na segunda metade do século XIX resgatou a região do seu isolamento. Além dos recursos minerais, os interesses de grupos extraregionais visavam a extração de borracha ou de poaia, substância de valor farmacêutico. Paralelamente desenvolveu-se a agricultura, que abastecia as cidades crescentes da região. Além disso, nas savanas periodicamente inundadas do Pantanal, surgiu a pecuária extensiva e a indústria açucareira com a sua produção destinada ao mercado nacional e internacional (Remppis, 1998; Neuburger, 1996). As relações campo – cidade nesta constelação regional se restringiam a poucos laços: Os pequenos produtores na região abasteciam as cidades com alimentos enquanto que todos os outros produtos industrializados vinham de fora da região pelos portos em Cuiabá e Cáceres e eram distribuídos ou via trilha por mulas ou via rio por pequenas embarcações que transitavam regularmente. Além disso, os proprietários das grandes fazendas de gado e das usinas açucareiras viviam nas cidades. Como a infraestrutura pública ainda não existia e as instituições estatais eram muito fracas, as cidades não exerciam as funções administrativas e nem as de oferecimento de serviços.

Este quadro mudou completamente com a incorporação definitiva do estado de Mato Grosso no cenário nacional nos anos 60 e 70. Nesse período foram construídas grandes obras de infraestrutura através de programas governamentais de desenvolvimento regional (PROTERRA, POLOCENTRO, POLAMAZÔNIA, etc.). Junta-se

ainda a venda de grandes contingentes de terra, ocasionando o deslocamento e a expulsão de diversos grupos indígenas (Coy & Lücker, 1993; Coy & Neuburger, 2000). Migrantes, vindos principalmente do Sul e Sudeste brasileiro, procuraram terras baratas nas regiões do cerrado para implantarem a reprodução dos sistemas típicos de agricultura modernizada, oriunda de suas áreas de procedência, baseados principalmente nas lavouras mecanizadas de soja, arroz e milho (vide figura nº 3). Famílias colonas, com menos recursos, iniciaram o cultivo de lavoura branca e com a degradação crescente dos solos, passaram para a pecuária leiteira. Ao contrário, a ocupação agrícola das regiões de floresta tropical e das áreas inadequadas para a mecanização era caracterizada pela pequena produção na base de culturas anuais (arroz, feijão, milho, etc.) e permanentes (café, seringueira, cacau, guaraná, etc.), como também, pela extração de madeira e de ouro, assim como pelas grandes fazendas de gado. Grosso modo, a modernização regionalmente seletiva, causou o deslocamento da dinâmica regional, econômica e socio-política do Pantanal e seus entornos para as regiões recém ocupadas pelas frentes pioneiras. Nesta época, econômica e socialmente dinâmica, a constelação política também mudou. Por um lado, o estado de Mato Grosso se desmembrou do estado de Mato Grosso do Sul e as funções de administração estatal passaram para Cuiabá. Por outro, o nível municipal passou por uma onda de enan-

Figura nº 3: Estrutura espacial de Mato Grosso perante a globalização



cipações sendo que dos 38 municípios matogrossenses em 1980 se formaram 126 municípios até o ano 2000 (IBGE 2000, pp. 1-43).

Com esta nova configuração regional as relações campo – cidade se transformaram completamente. Nas áreas da agricultura modernizada as cidades cresceram e passaram por uma fase de boom extraordinário, na qual a indústria e o comércio expandiram-se muito rápido. Ao mesmo tempo, a população rural, expulsada pela modernização, chegou em milhares nas cidade de maneira que a infraestrutura social ficou sobrecarregada. Mesmo com o boom econômico as cidades não conseguiam mais oferecer emprego e moradia suficiente para o grande contingente de famílias imigrantes. Conseqüentemente os bairros marginalizados e o setor informal cresceram. Nas áreas de floresta tropical a ocupação moderna era acompanhada por muitos conflitos entre os diversos atores da região: garimpeiros, famílias colonas, indústria madeireira, fazendeiros e índios. Os perdedores destes conflitos migraram para as cidades da região. Além disso uma grande parte das famílias dos projetos de colonização deixaram a produção agrícola devido a baixa produtividade do solo. Como conseqüência as cidades do norte matogrossense, também sofreram com a imigração de milhares de famílias, porém não tinham a dinâmica econômica do sul, ocasionando condições de vida precárias.

Como conseqüência do processo de urbanização a área urbana expande cada vez mais pelo espaço rural integrando, aos poucos, as comunidades rurais da vizinhança no corpo urbanizado. Ao mesmo tempo o espaço rural representa, na visão das cidades, a área disponível como depósito para os resíduos urbanos, os quais aumentaram sensivelmente. Além disso, a população urbana busca por um espaço de recreio fora da cidade. Regiões com atrativos naturais como a Chapada dos Guimarães, o Pantanal e as praias dos rios nos arredores das cidades maiores viraram, nos últimos anos, as regiões principais do turismo local e regional. Surge um novo mercado de trabalho para a população rural, muitas vezes, com rendas bem mais altas que na agricultura. Ao mesmo tempo, a compra de lotes nas beiras dos rios por famílias urbanas, utilizando-os como chácaras de recreio, expulsa a população ribeirinha (Neuburger 1996).

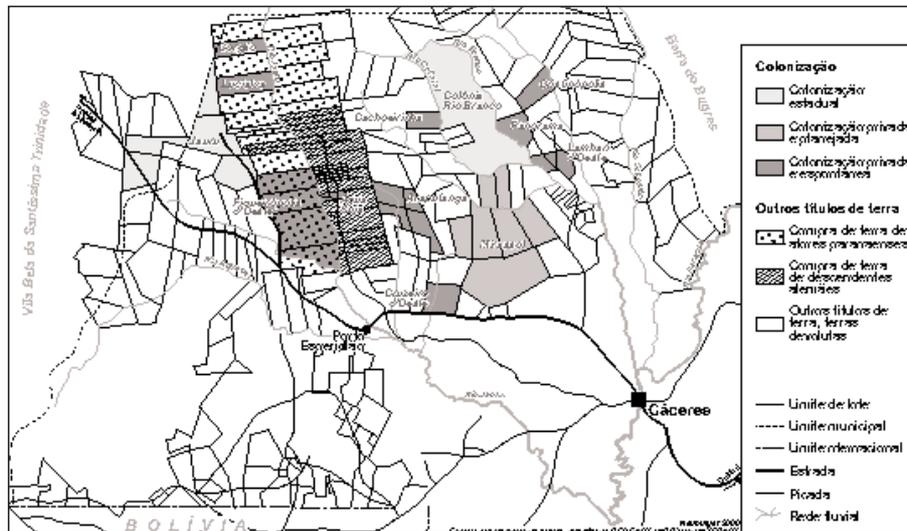
O espaço rural perdeu pela expulsão dos pequenos produtores, até então responsáveis pela maior parte da produção alimentícia, a

sua função de abastecimento das cidades. Enquanto que a agricultura modernizada é destinada ao mercado nacional ou internacional, a produção leiteira, desenvolvida em certas regiões na parte meridional de Mato Grosso, se tornou quase o único setor agropecuário abastecendo também o mercado regional (Schneller, 1995). Com a diminuição da produtividade dos solos em várias regiões e com o empobrecimento crescente, a população rural busca outras atividades econômicas. Além do turismo já mencionado, geralmente os membros masculinos de famílias rurais trabalham como diaristas nas grandes fazendas vizinhas ou em obras de construção nas cidades, enquanto que as mulheres e meninas entram no mercado de trabalho como faxineira, empregada doméstica ou babá. Podemos observar no Mato Grosso então os mencionados fenômenos da nova ruralidade.

#### A REGIÃO DE CÁCERES – TRANSFORMAÇÃO DE UMA ECONOMIA CAMPONÊS A UMA ESTRUTURA PECUÁRIA

Para uma análise mais detalhada da transformação das relações rural – urbano a autora se restringe, em seguida, ao estudo da região de Cáceres. Esta região, localizada no sudoeste do estado do Mato Grosso, forma a escarpa da Chapada dos Parecis e é caracterizada pela vegetação transicional entre cerrado e floresta tropical. Antigamente ocupada por povos indígenas e mais tarde, explorada para extração de poaia, a região foi integrada à economia regional nos anos 50 e 60. Os projetos de colonização agrícola executados por atores públicos e privados levaram principalmente famílias de pequenos produtores procedentes do Sul e Sudeste brasileiro para o hinterland de Cáceres (vide figura nº 4). Na fase inicial da ocupação isto trouxe um enorme crescimento da população em poucos anos. Enquanto que as cidades ainda formavam somente núcleos pequenos, a população rural aumentou para quase 70 000 habitantes no ano 1970. Assim a necessidade de oferecimento de serviços às famílias colonas, principalmente de serviços médicos e de ensino, aumentou. Devido à distância quase invencível da cidade mais próxima com todos os serviços disponíveis, era Cáceres. As comunidades se organizavam para garantir o mínimo necessário, como por exemplo as escolas primárias. Isto significa que as relações campo – cidade na frente pioneira eram

*Figura nº 4: Títulos de terra e projetos de colonização no hinterland de Cáceres – Situação no final dos anos 50*



inexistentes ou somente de uma forma muito esporádica entre as áreas de colonização e a cidade de Cáceres.

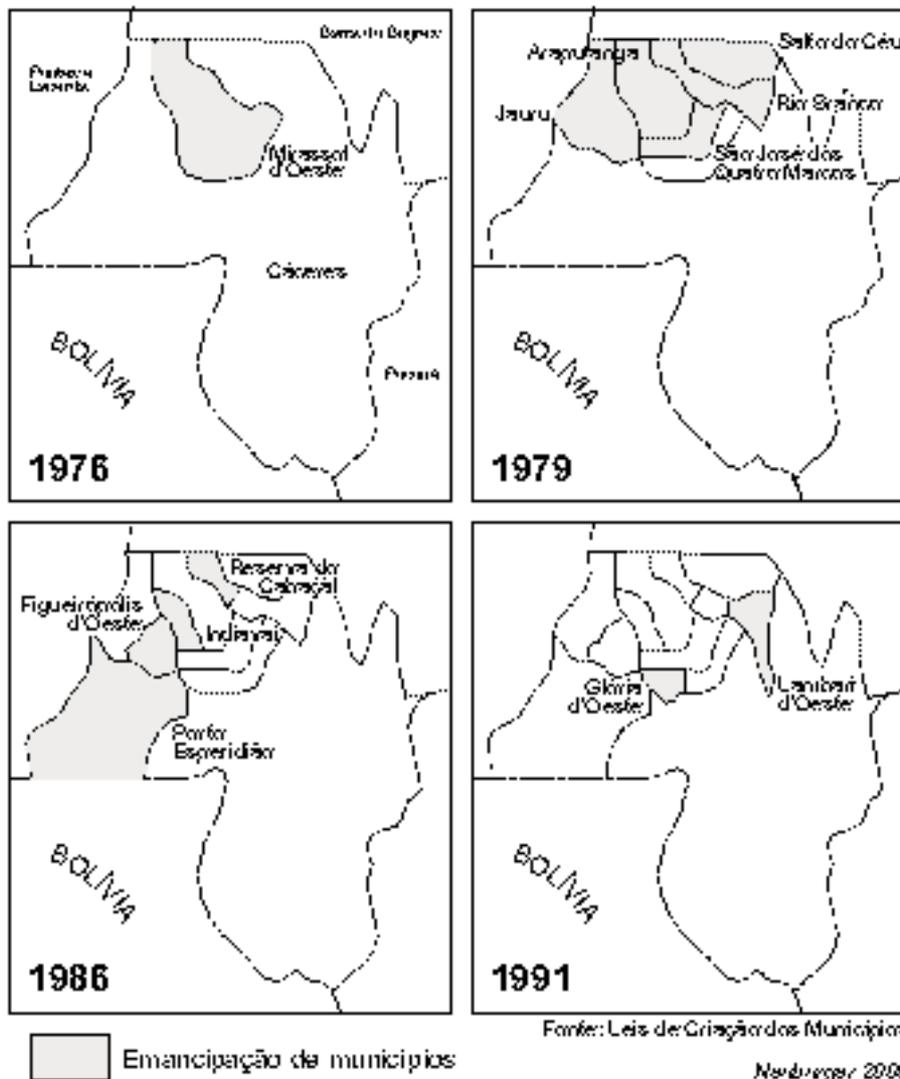
Com a consolidação da frente pioneira nos anos 70 e 80 observamos uma diferenciação dentro do hinterland de Cáceres. Na área do leste, da Colônia Rio Branco, a produção de lavoura branca em pequenas propriedades destinada aos mercados regional e nacional dominou a economia e a vida social até os meados dos anos 80. Nas áreas no norte da Colônia, solos arenosos dificultavam a produção de cultivos anuais. A rentabilidade da agricultura baixou, com isso, passados poucos anos as famílias, geralmente bastante endividadas, deixaram suas propriedades migrando para as novas frentes pioneiras em Rondônia. Estas áreas foram ocupadas ou pelas fazendas de gado vizinhas ou por propriedades médias de pecuária leiteira. Automaticamente a densidade populacional baixou nessa parte da Colônia enquanto que nas áreas de lavoura branca a população continuava densa, sendo constituída pelos proprietários e arrendatários que trabalhavam nas lavouras. Na área central do hinterland de Cáceres, na região de Mirassol d'Oeste e São José dos Quatro Marcos, os colonos iniciaram na base de solos férteis o cultivo de café e de algodão para o mercado nacional, sempre acompanhado pela produção de lavoura branca destinada à subsistência. Ali se concentrou a maior parte da população regional no hinterland de Cáceres devido ao manejo intensivo das plantações com famílias arrendatárias. Nas áreas ao sul da Colônia Rio Branco e ao

leste do projeto Mirassol várias propriedades médias iniciaram, com os incentivos do PROÁLCOOL, o plantio de cana de açúcar. A área oeste do hinterland, nas áreas de Jauru e Araputanga, se estabeleceu uma pecuária leiteira em propriedades médias. A produção, geralmente queijo, era destinada ao mercado regional. Conforme a tradição goiana os colonos da área de Araputanga iniciaram ainda a criação de porco que depois de alguns anos ganhou importância regional. Devido aos processos de deslocamento de uma parte da população rural, as famílias afetadas, que não migraram para as cidades nem para as novas frentes pioneiras, ocuparam as áreas não-produtivas na região, iniciando assim, o cultivo de produtos típicos de abertura de mata, a lavoura branca, para a subsistência.

Correspondente às estruturas diferenciadas no espaço rural, a rede urbana também se diferenciou. Conforme os principais produtos agropecuários, empresas agroindustriais foram instaladas diferenciadamente nas regiões, sendo que, as localizações principais na hierarquia, tanto de indústria como de instalações de armazenamento, era Mirassol seguido por Quatro Marcos, Rio Branco e Araputanga. Além disso, nos outros setores a estrutura industrial se diversificou com indústria madeireira, cerâmica, mecânica, etc. Com a dinâmica crescente das cidades o comércio também expandiu em termos de diversidade, qualidade e volume. Também em Mirassol, Quatro Marcos, Rio Branco e Araputanga se desenvolveu um comércio básico para a demanda a curto e médio prazo, acrescentado pelas lojas especializadas em equipamentos para o setor agropecuário. Com a prosperidade econômica da região, as áreas de colonização ganharam importância política que culminou com a emancipação de novos municípios (vide figura nº 5). O crescimento econômico e a população crescente da região permitiu e obrigou ao mesmo tempo, as administrações municipais à instalação da infraestrutura social. Mas não somente pela atividade pública, como também, pela iniciativa privada que desenvolveu uma rede adequada de ensino e de saúde.

Estes processos regionalmente diferenciados nos espaços rurais e urbanos levaram a um desenvolvimento diferenciado das relações campo – cidade. A cidade de Mirassol, localizada no centro da área mais dinâmica do hinterland de Cáceres, ocupava a posição mais alta na hierarquia urbana sendo que ela exerceu funções centrais para toda região. Tanto a população rural como a urbana das cida-

Figura nº 5: Emancipação de municípios na região de Cáceres



des menores, procuravam Mirassol para os mais sofisticados serviços públicos e privados nas áreas de saúde e de ensino. Ao mesmo tempo, o comércio oferecia a maior variedade em produtos industrializados vindos de outras regiões do Brasil. Somando-se a isso, os produtos mais variados do setor agropecuário, como café, algodão, açúcar ou álcool, arroz, feijão e milho, foram armazenados, processados e comercializados em Mirassol. Com a concentração da agroindústria e do comércio, a maior parte dos empregos não-agrícolas da região localizava-se nesta cidade. Estes atrativos levaram uma porcentagem alta da população rural de toda a região a escolherem Mirassol como destino da sua migração, sendo registrado a maior taxa de crescimento populacional nesta cidade. Na hie-

rarquia urbana as cidades de Quatro Marcos e Araputanga como dinâmicos centros secundários da região, também localizadas na área central do hinterland, tinham uma importância relevante para a população rural dos seus próprios municípios e vizinhança. Enquanto que os estabelecimentos particulares de saúde mais sofisticados, assim como, as instalações de processamento e armazenamento de café, algodão, arroz, feijão e milho se concentraram em Quatro Marcos, Araputanga ofereceu, por alguns anos, um maior número de empregos industriais com a instalação da mineração de ouro. As cidades de Rio Branco e Jauru também exerciam as funções de abastecimento da população rural e das menores cidades vizinhas, com produtos industrializados e com serviços de saúde e de ensino, mas devido à densidade populacional mais baixa que na área central do hinterland, elas não chegaram, por falta de demanda, a este grau de sofisticação. Lá o processamento e armazenamento de produtos agropecuários se restringia aos produtos da lavoura branca. As outras cidades menores da região, serviam pela localização da igreja e do campo de futebol como ponto de encontro para a população dos arredores e, no máximo, ofereciam serviços sociais básicos, como o processamento e armazenamento de arroz assim como a venda de produtos de demanda a curto prazo.

Esta hierarquização das cidades nos anos 70 e 80 pelas suas funções nas áreas de serviços e comércio foi sobreposto por uma hierarquia política e cultural. Com a emancipação de municípios novos numa primeira fase Cáceres e depois Mirassol perderam as suas funções político-administrativas (vide figura nº 5). Para a população rural isto facilitou a busca de serviços públicos, por exemplo, pronto socorro, cartório e escolas assim como o recebimento de aposentadorias etc. Sendo que a distância a superar diminuiu decisivamente. Esta nova divisão política no *hinterland* de Cáceres era também expressão da identidade regionalmente diferenciada da população. Esta se orienta até hoje na procedência regional de cada grupo de migrantes. As famílias da antiga Colônia Rio Branco, por exemplo, se sentem como mineiros e capixabas enquanto que nas áreas de Mirassol e Quatro Marcos a identidade paulista está predominante. Os colonos de Jauru se definem como mineiros, os de Figueirópolis como paulistas, os de Araputanga como goianos e os de Glória d'Oeste como paranaenses – somente para mencionar os mais importantes. Enquanto que

na fase inicial da colonização estas identidades diferentes ainda não tinham um impacto pelo isolamento espacial de cada área de projeto, na fase de consolidação elas dificultaram a cooperação intraregional sendo que elas levaram a emancipação de quase um município por cada projeto de colonização, formando assim, municípios pequenos muitas vezes não capazes de sustentar-se economicamente.

Nos anos 90 as estruturas no campo e nas cidades e com elas as relações rural – urbano mudaram novamente até chegar à configuração de hoje. O intensivo uso agrícola gastou a fertilidade dos solos na região, sendo que tanto a produtividade de lavoura branca como a de café e algodão baixaram sensivelmente. Além disso o governo federal cortou os subsídios para a produção de alimentos básicos, assim como, os incentivos do PROÁLCOOL. Estas medidas de austeridade estatal deixaram a maioria dos produtores rurais sem base econômica. Enquanto que somente poucos produtores na região de Quatro Marcos passaram a produzir frutas para o mercado regional e nacional, a maioria dos produtores, principalmente os de pequenos lotes, transferiram sua produção para a pecuária leiteira ou os com lotes médios, para a pecuária de corte. O cultivo de lavoura branca baixou para o nível de subsistência. Como a pecuária requer lotes maiores que o tamanho médio dos lotes na região, a população rural empobreceu, em muitos casos, deixou o lote migrando ou para uma das cidades regionais ou para as regiões de procedência da geração dos pais ou ainda, mais raramente, para áreas de novas frentes pioneiras no Norte de Mato Grosso. Assim a densidade populacional do espaço rural baixou.

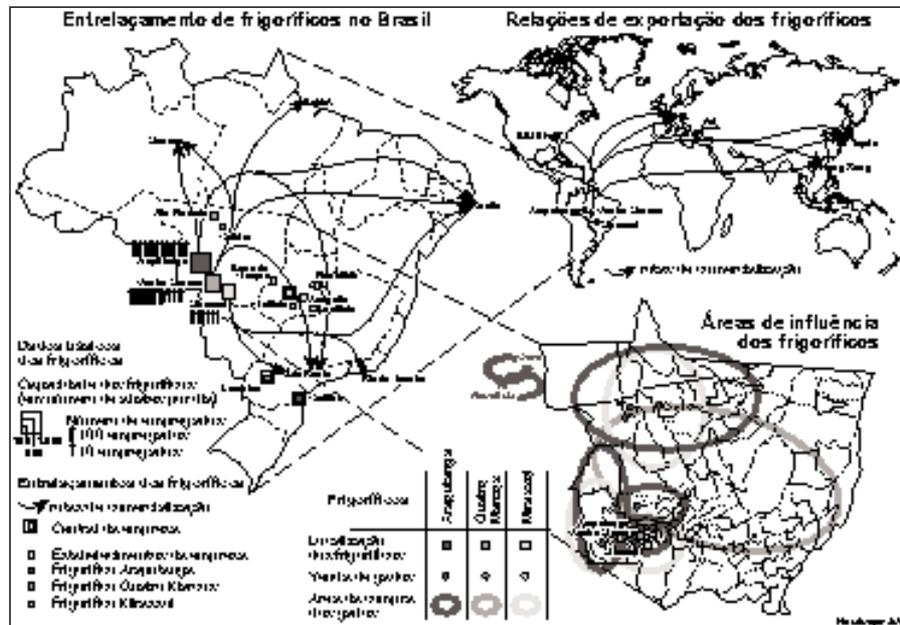
Como as interrelações entre cidades e campo anteriormente eram muito densas no *hinterland* de Cáceres, as cidades da região sofreram com a crise do espaço rural. Perdendo a base na produção agrícola regional, os estabelecimentos agroindustriais – máquinas de arroz, algodozeiras, torradeiras de café, etc. – fecharam as suas portas e os armazéns ficaram vazios sendo que perdeu-se a maior parte dos empregos industriais. A instalação de frigoríficos em Mirassol, Quatro Marcos e Araputanga e a da cooperativa de leite COOPNOROESTE em Araputanga não livrou estas cidades da situação precária. Com o empobrecimento geral da população, tanto rural quanto urbana, sendo que a última se compõe crescentemente por imigrantes do campo vivendo em

bairros marginais nas cidades, os serviços e comércio particulares perderam os seus clientes, entrando em crise. Somente em Mirassol e Quatro Marcos seguidas na hierarquia da rede urbana por Araputanga e Rio Branco um certo nível de oferta no setor terciário se mantem até hoje. A crise econômica em toda a região levou ao declínio dos ingressos municipais pela falta de impostos, sendo que os municípios não têm mais a capacidade de se manter e nem ampliar a infraestrutura de saúde e de ensino, como seria necessário conforme o crescimento populacional das cidades.

Devido à configuração nova das estruturas regionais, as relações campo – cidade se desestruturaram. Com a reorientação da economia regional de uma produção predominantemente agrícola a uma produção pecuária, o espaço rural não exerce mais a função de abastecer as cidades com produtos alimentícios. Estes – arroz, feijão e milho assim como carne e produtos lácteos – hoje em dia vêm de outras regiões agrárias do Brasil, sendo transportados diretamente dos grandes atacados do Sul e Sudeste brasileiro aos supermercados da região, abastecendo não só a população urbana mas também a rural. Os produtos do setor pecuário da região, ou vão, pelos frigoríficos, para os mercados maiores do país ou são processados e comercializados pela COOPNOROESTE com destino ao mercado regional e nacional (vide figura nº 6). A única exceção é o cultivo de frutas no município de Quatro Marcos. Os produtores, depois de muitas dificuldades na comercialização, vendem a sua produção no mercado regional. Mas mesmo assim a grande parte dos produtos vem de outras regiões brasileiras. A pequena produção de alimentos ainda existente na região, legumes, verdura, ervas, etc., geralmente de qualidade mais baixa, é vendida somente nas épocas de safra nas feiras semanais ou nos sacolões.

Enquanto que o espaço rural deixou de abastecer o espaço urbano, as cidades também perderam as funções centrais nas suas relações com o campo. Com a decadência da infraestrutura social e do setor terciário a população rural – obrigada a buscar os serviços mais sofisticados nas cidades - sofre com a qualidade cada vez mais baixa. Nos últimos anos esta situação é agravada pelo fato de que muitos municípios fecharam as escolas e os postos de saúde nas comunidades rurais devido a falta de recursos, sendo que nem a infraestrutura básica no espaço rural é garantida. Assim uma

Figura nº 6: A globalização da criação de gado na região de Cáceres



grande parte da população rural é obrigada a buscar os serviços básicos e os mais sofisticados nas cidades. Em muitos casos as famílias mudam para as cidades para possibilitar melhores condições de ensino e de saúde ou para as crianças ou para os idosos. Com o conseqüente crescimento exponencial da população urbana, geralmente pobre buscando pelos serviços públicos, a infraestrutura de saúde e de ensino do setor público é cada vez mais sobrecarregada. Ou seja: as cidades não conseguem mais exercer a sua função de oferecimento de serviços de qualquer tipo para a população rural – com a crise da economia regional –, nem de empregos ou na indústria ou no setor terciário. Além disso, a oferta de produtos industrializados pelo comércio urbano também está diminuindo em qualidade e variedade, assim a população rural é obrigada a buscar produtos mais sofisticados ou em Cáceres ou em Cuiabá, capital do estado.

Na região de Cáceres podemos então observar uma nova hierarquização na rede urbana. A cidade de Mirassol d'Oeste junto com as cidades de Quatro Marcos e Araputanga ainda mantêm um certo nível de centralidade enquanto que as outras cidades perdem quase todas as suas funções centrais. Nas mais pequenas – como por exemplo Reserva do Cabaçal, Indiavaí, Figueirópolis d'Oeste e Jauru – a crise chega a tal nível que nem um supermercado, um

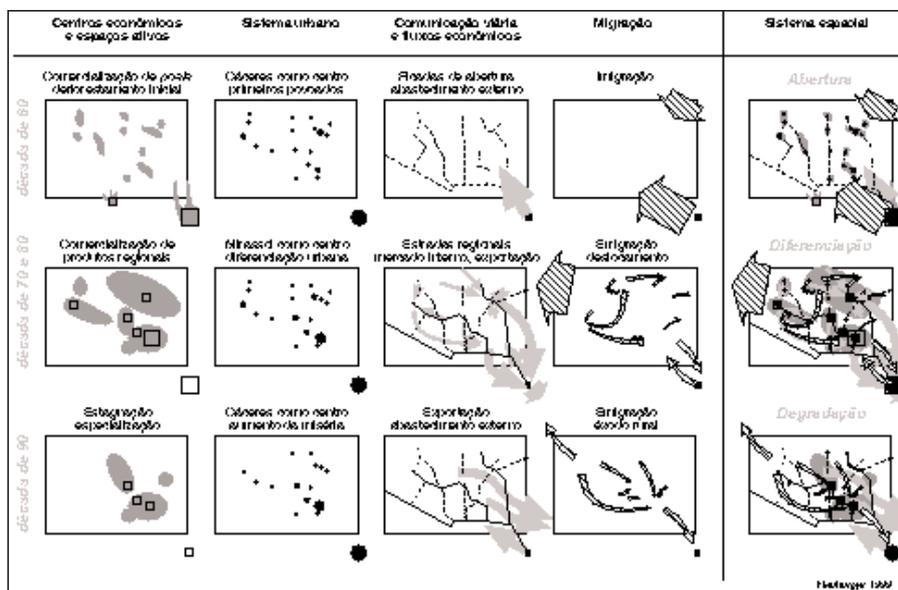
banco ou um restaurante estão mantidos. Tanto a população rural como a urbana – se economicamente tiverem a oportunidade – buscam serviços públicos e privados nas cidades maiores da região ou em Cáceres. Além disso, as cidades pequenas têm dificuldades de manter o seu funcionamento como centro político-administrativo. Pela crise econômica principalmente os municípios pequenos têm uma arrecadação cada vez menor de maneira que não têm mais nenhum espaço de ação, por que em alguns municípios o montante necessário para pagar os funcionários municipais é mais alto que a receita do município referente. Com a decadência da área política a classe política também perde a orientação moral, sendo que em muitos municípios a corrupção chega a um nível criminoso e insuportável para a população. Com a desconfiança crescente da população nos políticos que atuam nas sedes municipais, as cidades por último perdem a função como centro de identificação local e cultural.

Hoje em dia as cidades no *hinterland* de Cáceres de um modo geral funcionam como meros nódulos de comercialização tanto para produtos entrando na região – produtos industrializados e alimentários – como para a produção agropecuária sendo exportada para o mercado nacional e internacional. Além disso oferecem moradia para a população rural que muda para as cidades em busca de serviços públicos, mantendo – em muitos casos – a sua ligação com o campo por trabalhar como arrendatários ou bóias-frias nas grandes fazendas da região. Os proprietários das fazendas por sua vez geralmente preferem viver ou em Cáceres ou em Cuiabá. Com o êxodo rural o campo perde quase completamente a sua função de abastecer as cidades com produtos agropecuários. As relações com as cidades na região se restringem à disponibilidade como espaço de expansão da área urbana e como depósito para os resíduos urbanos, expressando-se, por exemplo nos inúmeros lixões legais e ilegais na região.

Concluindo o estudo de caso do *hinterland* de Cáceres podemos constatar que as relações campo – cidade se reestruturaram ao longo das últimas décadas (vide figura nº 7). Na fase da abertura, as relações rural – urbanas dentro da região se restringem ao intercâmbio esporádico por falta de infraestrutura viária e de centros urbanos, sendo que o espaço regional é completamente orientado à cidade de Cáceres. Na fase de diferenciação, as interligações entre

as cidades e o campo se intensificam. Na rede urbana observamos uma hierarquização nítida com Mirassol d'Oeste como centro principal da região, e no espaço rural o setor agropecuário se desenvolve dinamicamente abastecendo tanto as cidades da região como o mercado nacional. Na terceira fase de degradação, estas relações, anteriormente equilibradas, são substituídas pela orientação das estruturas a regiões externas, como por exemplo Cáceres, Cuiabá e os centros econômicos do país, o Sul e o Sudeste brasileiro.

*Figura nº 7: Transformação do sistema espacial no hinterland de Cáceres*



As relações campo – cidade no hinterland de Cáceres mostradas acima têm uma configuração própria, porém se comparados com as relações estudadas no estado de Tocantins, observa-se também pontos em comum. Apesar de tais pontos em comum o Tocantins, como estado recentemente emancipado, é caracterizado por estruturas típicas de uma periferia dinâmica as quais serão analisadas em seguida.

### CONCLUSÃO

Numa visão geral, podemos constatar que as características das relações cidade – campo se modificaram nas últimas décadas. Mostrou-se pela análise detalhada do exemplo de Mato Grosso e da região de Cáceres que as regiões periféricas são caracterizadas por

processos específicos. Além da crise da produção agrícola familiar e da expulsão dos grupos tradicionais do espaço rural, a urbanização extraordinária e os problemas financeiros, tanto dos municípios como dos Estados, determinam as relações rural – urbano. As relações diretas entre as cidades e os seus arredores rurais perdem em densidade. O espaço rural raras vezes fornece diretamente alimentos para a cidade mais próxima, enquanto que nas cidades – principalmente cidades pequenas – poucas mercadorias não-agrícolas são produzidos para serem oferecidas a população rural. As estruturas rurais e urbanas são cada vez mais orientadas às regiões centrais do país ou até ao mercado internacional, sendo que a produção agropecuária é destinada ao mercado nacional e externo e os produtos comercializados na região – industrializados ou alimentícios – vêm na sua maioria, de fora da região. Sem base economicamente estável a urbanização acelerada, assim como, a falta de recursos estatais e municipais leva à situação socialmente precária para a população, empobrecida tanto nas cidades como no campo.

Estes processos mostram que os efeitos da globalização e da exclusão expressam as relações de poder entre os diferentes atores dos níveis internacional, nacional, regional e local. Tanto a ocupação dos espaços periféricos como a transformação das estruturas sócio-econômicas e o redirecionamento das redes entre cidade e campo naquelas regiões são determinados por atores externos, seja o Estado nacional, seja atores internacionais. Somente em fases de isolamento, quando atores externos não mostram interesses nos recursos regionais, ou em fases de dinâmica econômica, quando elites econômicas e políticas se formam nos níveis regional e local, a influência dos atores externos diminui e – como consequência – as relações campo – cidade se intensificam. Nessas fases os pequenos produtores são integrados nas redes econômicas e sociais pelo fornecimento de alimentos nas cidades regionais. Além disso, como um dos grupos mais importantes na região eles têm uma certa influência política e um papel cultural. Com os crescentes processos globalizantes no Mato Grosso as relações campo – cidade se desintensificam e se direcionam aos níveis nacional e global. Os atores externos funcionalizam os espaços rurais, os seus recursos e atores para os interesses próprios. Neste contexto, os pequenos produtores são excluídos dos fluxos econômicos e das redes sócio-culturais e perdem o acesso a recursos importantes para a sua sobrevivência.

Com a fraqueza das relações intra-regionais entre campo e cidade ao nível regional, os atores regionais envolvidos continuarão a orientar suas atividades e ações nos processos extra-regionais sem preocupação com o desenvolvimento regional. A dependência resultante dessas novas interligações faz com que a região seja vulnerável a crises e mudanças externas sem poder influenciá-las. Os perdedores desse desenvolvimento serão os pequenos produtores que, por falta de recursos econômicos, sociais ou políticos, não terão a possibilidade de se integrar nas novas estruturas dinâmicas, as quais influenciarão sua região.

## NOTAS

1 Departamento de Geografia, Universidade de Innsbruck; Áustria.

## BILIOGRAFIA

- Abreu, M.A. (1994): “O estudo geográfico da cidade no Brasil. Evolução e avaliação”. In: Carlos, A.F.A. (ed.): *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo, pp. 199-322.
- Blaikie, P. & Brookfield, H. (ed.) (1987): *Land degradation and society*; London, New York.
- Blotevogel, H.H. (1996): “Zentrale Orte. Zur Karriere und Krise eines Konzeptes in Geographie und Raumplanung”. In: *Erdkunde*, 50, pp. 9-25.
- Blumenschein, M. (2001): *Landnutzungsveränderungen in der modernisierten Landwirtschaft in Mato Grosso, Brasilien. Die Rolle von Netzwerken, institutionellen und ökonomischen Faktoren für agrarwirtschaftliche Innovationen auf der Chapada dos Parecis*. Tübinger Geographische Studien, vol. 133. Tübingen.
- Bryant, R.L. & Bailey, S. (1997): *Third World political ecology*; London, New York.
- Christaller, W. (1980): *Die zentralen Orte in Süddeutschland*. Darmstadt (3ª edição não modificada da edição de Jena 1933).
- Correa, E. Pérez (2002): “Lo rural y la nueva ruralidad”. In: Correa, E. Pérez & Sumpsi, J.M. (eds.): *Políticas, instrumentos y experiencias de desarrollo rural em América Latina y Europa*. Madrid, pp. 15-32.
- Correa, E. Pérez et al. (eds.) (2001): *La nueva ruralidad em América Latina*. Maestría em desarrollo rural 20 años. Memorias seminario internacional. Bogotá.
- Coy, M. (1988): *Regionalentwicklung und regionale Entwicklungsplanung an der Peripherie in Amazonien. Probleme und Interessenkonflikte bei der Erschließung einer jungen Pionierfront am Beispiel des brasilianischen Bundesstaates Rondônia*. Tübinger Geographische Studien, vol. 97. Tübingen.
- Coy, M. & Lücker, R. (1993): *Der brasilianische Mittelwesten*. Wirtschafts-

- und sozialgeographischer Wandel eines peripheren Agrarraumes*. Tübinger Geographische Studien, vol. 108. Tübingen.
- Coy, M. & Neuburger, M. (2000): “As frentes pioneiras na Amazônia brasileira perante a globalização. Chances e riscos de um desenvolvimento sustentável”. In: *Boletín de Estudios Geográficos*, nº 96, pp. 97-125.
- Coy, M. & Neuburger, M. (2002): “Aktuelle Entwicklungstendenzen im ländlichen Raum Brasiliens”. In: *Petermanns Geographische Mitteilungen*, vol. 146, nº 5, pp. 74-83.
- Geipel, F. (2003): *Politische Ökologie von Staudämmen. Interessenkonflikte und sozioökonomische Folgen des Staudammes Lajeado (Tocantins, Brasilien)*. Tübingen (Tese de mestrado).
- Giarracca, N. (ed.) (2001): *Una nueva ruralidad em América Latina?* Colección Grupos de Trabajo – CLACSO. Buenos Aires.
- IBGE (2000): *Anuário Estatístico do Brasil 2000*. Vol. 60. Rio de Janeiro.
- IBGE (1999): *Anuário estadístico do Brasil 1999*. Vol. 59. Rio de Janeiro.
- IBGE (1994): *Anuário estadístico do Brasil 1994*. Vol. 54. Rio de Janeiro.
- IBGE (1991): *Anuário estadístico do Brasil 1991*. Vol. 51. Rio de Janeiro.
- Kageyama, A. et al. (1996): “O novo padrão agrícola brasileira. Do complexo rural aos complexos agroindustriais”. In: Delgado, G. Costa et al. (eds.): *Agricultura e políticas públicas*. IPEA, vol. 127. Brasília, pp. 113-223.
- Klink, C. A. (2001): *Human occupation and land-use of Brazil's tropical savannas (the “Cerrado”)*.  
<http://www.unesco.org/mab/cooperation/Scope/AbKlink.doc> – 20/05/2004
- Kohlhepp, G. (1987): *Amazonien*. Köln.
- Kohlhepp, G. (1990): “Landnutzungs-Sukzessionen im nördlichen Paraná (Südbrasilien). Am Beispiel donauschwäbischer Siedler in Entre Rios, Paraná”. In: Rother, K. (ed.): *Europäische Ethnien im ländlichen Raum der Neuen Welt. Passauer Schriften zur Geographie*, nº 7. Passau, pp. 31-46.
- Kohlhepp, G. et al. (1993): *Die Mittelstädte Brasiliens und ihre Bedeutung für die Regionalentwicklung*. Tübingen (mimeo).
- Köhnlein, K. (1995): *Entwicklungspotential und Umweltbeeinflussung des Tourismus im Pantanal und in der Chapada dos Guimarães (Mato Grosso, Brasilien)*. KAGIT, nº14. Tübingen.
- Lanna, M.P.D. (1995): *A dívida divina. Troca e patronagen no Nordeste brasileiro*. Campinas (Unicamp).
- Löwen, C.L. (1998): *Der Zusammenhang von Stadtentwicklung und zentralörtlicher Verflechtung der brasilianischen Stadt Ponta Grossa, Paraná. Eine Untersuchung zur Rolle von Mittelstädten in der Nähe einer Metropolitanregion*. Tübinger Geographische Studien, nº 120. Tübingen.
- Melo, M. de Lacerda (1957): *A região ribeirinha do médio Cuiabá*. Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, vol. VII, nº II, 1952/53. São Paulo.
- Monbeig, P. (1943): “O estudo geográfico das cidades”. In: *Boletim Geográfico*, 7, pp. 7-29.
- Neder, H.D. (2003): “The effects of non-agricultural activities on income distribution in rural Brazil”. In: *Rev. Econ. Sociol. Rural* vol. 41, nº 2, Brasília ou (<http://www.scielo.br> – 30/03/2004).

Neuburger, M. (1996): *Santo Antônio de Leverger. Sozial- und wirtschaftsräumlicher Strukturwandel einer traditionellen Gemeinde im Pantanal*. KAGIT, n° 15. Tübingen.

Remppis, M. (1998): “Chancen und Risiken eines liberalisierten Weltagrarmarkts. Perspektiven der Rindfleischproduktion in einen peripheren Raum Brasiliens am Beispiel von Mato Grosso”. In: Kohlhepp, G. & Coy, M. (eds.): *Mensch-Umwelt-Beziehungen und nachhaltige Entwicklung in der Dritten Welt*. Tübinger Geographische Studien, n° 119. Tübingen, pp. 87-107.

Santos, M. (1979): *O espaço dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro.

Santos, M. (2004): *A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção*. Coleção Milton Santos, 1. São Paulo.

Schneller, T. (1995): *Mikroökonomische Auswirkungen von Agrargesellschaften in Entwicklungsländern. Das Beispiel der kleinbäuerlichen Milchkooperative COMAJUL in Juscimeira, Mato Grosso, Brasilien*. Tübingen (tese de mestrado).

Silva, J. Graziano. da (1997): “O Novo Rural Brasileiro”. In: *InterCambios*, vol. 2, n° 24. (<http://www.rimisp.cl/boletines/bol24/> – 10/04/2003).

Silva, J. Graziano da (2003): “Viejos y nuevos mitos de la ruralidad brasileña: Implicaciones para las políticas públicas”. In: *InterCambios*, vol. 2, n° 24. (<http://www.rimisp.cl/boletines/bol24/> – 10/04/2003).

Siqueira, E.M. et al. (1990): *O processo histórico de Mato Grosso*. Cuiabá (UFMT).

Veiga, J. E. (2001): *Boletim do NEAD*, n° 99, “O campo e o censo”. (<http://www.nead.org.br> – 09/07/2004).

Wanderley, M. de Nazareth Baudel (2001): “Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural e estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco”. In: *Boletim do NEAD*, n° 99. (<http://www.nead.org.br> – 11/07/2004).